

Notificação de Interposição de Recurso

Processo n.º 1234/2026 – Despedimento por Justa Causa – Uso Indevido de Email Corporativo

Tribunal Judicial do Trabalho de Lisboa

Juíza Dr.ª Maria de Lurdes Santos

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

1. Identificação das partes

Requerente	Réu
José Manuel da Silva NIF: 123 456 789 Morada: Rua das Flores, n.º 45, 3.º Esq., 1150-221 Lisboa	Empresa XYZ, Lda. NIF: 987 654 321 Sede: Avenida da República, n.º 100, 1050-157 Lisboa
Mandatário: Dr. António Ribeiro – OAB/Lisboa 12345 Escritório: Rua da Liberdade, n.º 12, 2.º Dto., 1250-147 Lisboa	Mandatária: Dra. Sofia Carvalho – OAB/Porto 67890 Escritório: Rua de S. Bento, n.º 20, 4.º Esq., 4000-345 Porto

2. Objeto da Notificação

Vem o Requerente, **José Manuel da Silva**, por intermédio dos seus mandatários, **Dr. António Ribeiro** e **Dra. Sofia Carvalho**, notificar a **Empresa XYZ, Lda.**, que:

1. **Foi interposto recurso** contra a sentença de despedimento por justa causa proferida nos autos referidos, nos termos do **artigo 647.º, n.º 1, do Código de Processo Civil**, bem como nos artigos aplicáveis do **Código do Trabalho** (artigos 341.º e seguintes).
2. O recurso interposto é **recurso de impugnação** (artigos 1005.º a 1013.º do CPC), com o objetivo de reformar a decisão que reconheceu a justa causa e a consequente cessação do contrato de trabalho.

A interposição foi efetuada na data de **15 de fevereiro de 2026**, mediante apresentação do respetivo recurso escrito nos autos, acompanhada da respetiva garantia de pagamento de custas judiciais, nos termos do artigo 644.º do CPC.

3. Prazo para apresentação de contrarrazões

Em conformidade com o **artigo 1015.º do CPC**, a empresa **tem o prazo de quinze (15) dias úteis**, a contar da notificação, para apresentar **contrarrazões ao recurso**.

- **Data limite para apresentação: 13 de março de 2026.**
- As contrarrazões deverão ser apresentadas **por escrito**, devidamente assinadas por advogado constituído, e protocoladas nos autos do processo, ou enviadas por correio certificado com aviso de receção ao Tribunal Judicial do Trabalho de Lisboa, Secção de Recursos.

A não apresentação de contrarrazões dentro do prazo legal implicará a **presunção de concordância** com os fundamentos do recurso, nos termos do artigo 1016.º do CPC.

4. Comunicação e efeitos da notificação

A presente notificação tem **efeitos de comunicação oficial** ao Réu, nos termos do **artigo 38.º da Lei de Organização do Poder Judicial**, devendo ser considerada válida para todos os efeitos processuais.

- **Forma de comunicação:** entrega pessoal ao representante legal da empresa, acompanhada de recibo datado, e envio por correio certificado com Aviso de Receção (AR).
 - **Cópia** desta notificação foi igualmente remetida ao **Juízo** competente, para conhecimento e controlo da regularidade processual.
-

5. Considerações finais

O Requerente reitera a sua confiança na justiça do Tribunal e na correta aplicação dos princípios de **lealdade, proporcionalidade e observância dos procedimentos formais** previstos na legislação laboral.

Fica a empresa, portanto, **convocada a apresentar as suas contrarrazões** dentro do prazo legal acima indicado, sob pena de preclusão e de eventual condenação nas custas e honorários sucumbenciais.

6. Assinaturas

Pelo Requerente

José Manuel da Silva
NIF: 123 456 789

Pelos Mandatários

Dr. António Ribeiro – OAB/Lisboa 12345
Dra. Sofia Carvalho – OAB/Porto 67890

Anexos:

1. Cópia do recurso interposto (páginas 1-12).
 2. Recibo de entrega da presente notificação.
-

Esta notificação foi elaborada em conformidade com o Código de Processo Civil, o Código do Trabalho e a jurisprudência aplicável ao direito laboral português.